

Programa 1

1.2. Novos desafios na alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas

Ana Lucia Jatobá¹

Educação de afro-brasileiros e quilombolas

“Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta” (Paulo Freire).

A observação cuidadosa de alguns indicadores sociais e dos laços que vão prendendo um dado ao outro ou um fato ao outro, numa ação reflexiva, pode nos colocar frente a desafios inesperados para desenvolvimento da ação alfabetizadora de pessoas jovens, adultas e idosas – ação alfabetizadora aqui entendida como aquela que seja capaz de colocar o educando "em diálogo constante com o outro, que o predispusesse a constantes revisões, à análise crítica de seus 'achados', a uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão, que o identificasse com métodos e processos científicos" (Freire, 1974, p. 90).

Como primeiro indicador social a ser observado, elegemos a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais que, no Brasil, em 2001, era de 12,4%, mas ao ser desdobrada por cor ou raça, indicava para a população branca 7,7%, e para a negra 18,2%. A média de anos de estudo, de instrução formal, das pessoas de 25 anos ou mais, para o mesmo ano e colhida da mesma fonte, mostra, para o país, uma média de 6 anos, mas para as pessoas brancas esta média é de 6,9 anos e para as negras 4,7. A inserção no mercado de trabalho, fundamental à medida que pode restringir ou facilitar o acesso, não só ao bem-estar material, indispensável numa economia de mercado, mas também a direitos de cidadania, mostra que a probabilidade de um indivíduo acima de 25 anos, branco, economicamente ativo, estar procurando emprego sem achá-lo é de 5,6%; para um negro esta probabilidade é de 7,5%. Se observarmos ainda a forma como está se dando a absorção no mercado de trabalho, ou seja, se é em emprego formal, com direitos garantidos por lei, veremos que os negros estão sendo absorvidos em condições mais desfavoráveis. Daí, se nos detivermos em indicadores de habitação e saneamento, energia elétrica, atendimentos na área de saúde e acesso a benefícios da Previdência Social, constataremos em todos esses indicadores, inserção desfavorável à população negra². Soares (2000, p. 25) conclui em texto para discussão que "O restante do preço da cor é pagamento pela discriminação sofrida durante os anos formativos - é na escola, e não no mercado de trabalho, que o futuro de muitos negros é selado".

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, se observada sob a ótica do gênero, não contém diferenças significativas, mantendo-se o padrão já especificado. Entretanto, o cruzamento da renda média do trabalho principal, por sexo, segundo cor ou raça, mostra grandes diferenças. Os homens brancos percebem um rendimento cerca de 50% maior que o das mulheres brancas, que por sua vez percebem um rendimento cerca de

50% maior que o dos homens negros e estes obtêm rendimentos cerca de 40% maiores que as mulheres negras. Soares (2000, p. 27), controlando, por outros diferenciais, uma análise salarial conclui que: "As mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional mais que os homens da mesma cor e as mulheres brancas. Sua situação dispensa comentários".

Um desafio é, também, a oferta de educação em áreas quilombolas, a maior parte delas situada em locais de difícil acesso. Estas comunidades têm características muito específicas, como, por exemplo, Cafundó, em São Paulo, que possui língua ou variação lingüística própria. A educação nestas comunidades deve ser contextualizada, levando em conta a realidade local, valorizando sua cultura, respeitando seus valores. É elevado o número de áreas quilombolas no país. A Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, indica 743; para instâncias do movimento social negro, este número chega a 900. Os indicadores educacionais nestas áreas são insatisfatórios, faltam unidades escolares, material didático adequado e professores qualificados, é rara a oferta das últimas séries do Ensino Fundamental e, praticamente, inexistente a oferta de Ensino Médio.

Um outro desafio, que se tornou meta da ONU, é que o mundo esteja "vivendo" como uma sociedade inclusiva até 2010. A discussão sobre "inclusão" teve início com a luta das pessoas portadoras de necessidades especiais, por seus direitos, e acabou despertando a preocupação com o tipo de sociedade em que estamos vivendo, voltada para uma maioria classificada como "normal" e discriminadora das minorias³ – pobres, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais, estrangeiros, idosos.

A educação é, sem sombra de dúvida, o ponto de partida para a construção coletiva de uma sociedade inclusiva e nesta construção tem destaque o papel do professor. Trata-se de uma verdadeira revolução, uma mudança de paradigmas, para a qual o professor precisa ser preparado, a fim de promover a mudança das práticas tradicionais escolares, principalmente aquelas baseadas na transmissão cumulativa de conhecimentos e em avaliações baseadas na igualdade, homogeneidade e num padrão calcado em um "desempenho ideal".

A educação tem como um de seus objetivos o desenvolvimento do ser humano na sua dimensão social, como veículo de culturas e de valores, levando a uma maior compreensão mútua, a um maior sentido de responsabilidade e a mais solidariedade na aceitação de nossas diferenças. Para tanto, deverá estar estruturada em quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; e aprender a ser.

O ato educativo precisa expressar a intencionalidade inclusiva, acompanhada de uma vontade política de promover o acesso de todos ao conhecimento, ampliando a concepção de educação, alterando a idéia que se tem de sua utilidade, para fazer com que todos possam descobrir e fortalecer o seu potencial criativo, elevando a auto-estima, reafirmando a identidade seja indígena, afro-descendente ou portuguesa dos alunos, todos sujeitos da criação e da transformação da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

BRASIL. Boletim de Políticas Sociais: *Acompanhamento e análise*. Brasília: Ipea, 2001 e 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental: *Proposta Curricular para a Educação de Jovens e adultos*. Brasília, 2002.

MEC. UNESCO: *Educação - um tesouro a descobrir*. Brasília, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, 1974.

SENAC. DN. *Transversalidade e Inclusão: desafios para o educador*. Rio de Janeiro, 2003.

SOARES, S. *Perfil da discriminação no mercado de trabalho - homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Texto para Discussão n. 769.

1 Coordenadora pelo MEC na pesquisa realizada em comunidades quilombolas para produção de material didático e na assessoria técnica realizada para desenvolvimento de ações diferenciadas em municípios com comunidades quilombolas.

2 Segundo o IBGE, aquelas que se declaram pretas ou pardas.

3 Minoria, no sentido sociológico, se refere ao acesso a direitos e a posição de poder.